

Alguns aspectos do comportamento da agricultura brasileira e da gaúcha na década de 90*

*Vivian Fürstenau***

O presente texto está dividido em duas partes. Na primeira, é feito o acompanhamento do financiamento à produção agrícola, da evolução dos índices de preços e do desempenho da agricultura gaúcha frente à nacional nos anos 90. Na segunda, é descrito o comportamento da produção e da comercialização da safra 1998/99 e são feitas algumas previsões para o ano 2000.

Com relação ao financiamento da agricultura nos anos 90, a idéia é demonstrar que os diferentes governos só tomaram medidas visando ao aumento de recursos para financiamento, ou criaram outros incentivos para o setor, quando era iminente uma crise de abastecimento. A evolução dos índices de preços será avaliada levando-se em conta os reflexos sobre esses das mudanças introduzidas na economia após o Plano Real, bem como serão descritos os primeiros efeitos da desvalorização cambial de janeiro de 1999 captados pelos índices. Será também discutido o comportamento da agricultura gaúcha frente à nacional nos anos 90, considerando-se as principais produções de grãos do Rio Grande do Sul.

A segunda parte trata da comercialização da safra 1998/99 e das previsões para o ano-safra 1999/2000.

* Este artigo foi elaborado com informações obtidas até 30 de novembro de 1999.

** Economista, Técnica da FEE.

A autora agradece a Marinês Z. Grando e a Maria Helena Sampaio a leitura do texto e as sugestões. Agradece, também, a Paulo Roberto Machado a ajuda na elaboração das tabelas e a Nildo Gallon pelo apoio na obtenção de relatórios, etc.

1 - A década de 90: financiamento, índices de preços e produção agrícola

O financiamento da produção agrícola

A década de 70 pode ser considerada como os “anos dourados” do crédito rural: o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado nos anos 60, teve seu auge no período em que o crescimento da economia, aliado a taxas de inflação relativamente baixas, fazia crescer uma das principais fontes de recursos para o financiamento agrícola, os depósitos à vista. Por outro lado, a liquidez do mercado internacional permitia ao País obter expressivos recursos externos. Nesse contexto, o volume de crédito rural saltou de US\$ 4,4 bilhões em 1970 para US\$ 11,2 bilhões em 1974 e aumentou durante toda a década, atingindo cerca de US\$ 20 bilhões em 1980, o que representava 49% do PIB agrícola da época (GARCIA, 1994).

Nos anos 80, o aumento da inflação gerou uma redução gradativa dos depósitos à vista, ou seja, “secou” a fonte de recursos baratos para financiamento da agricultura. Assim, desde o início dessa década, houve um movimento de redução dos empréstimos para o setor agrícola, além do que, esses empréstimos passaram a ser alocados a um custo bem superior ao anteriormente praticado. A retração no volume de recursos foi significativa desde os primeiros anos da década, pois, já em 1984, o total disponibilizado pelo Governo era de apenas US\$ 8 bilhões. Nos anos seguintes, os valores apresentaram oscilações, mas não muito expressivas, e chegaram aos anos 90 em torno de US\$ 5 bilhões. Além da diminuição dos recursos, houve uma retirada gradual dos subsídios, e, de 1984 em diante, os empréstimos passaram a ter correção monetária plena, acrescidos de taxas de juros, que se mantiveram, no entanto, inferiores às praticadas no mercado. Pode-se, então, dizer que a década de 80 se caracterizou como o período de encarecimento e de escassez dos recursos de crédito rural.

No início dos anos 90, especificamente de 1990 a 1992, assistiu-se a uma tentativa do Governo de se afastar do financiamento e da comercialização agrícola. A equipe econômica do Governo Collor assumiu num quadro de maior redução dos já escassos recursos destinados à agricultura. As novas restrições originaram-se do corte desses recursos efetuado no Orçamento da União no último ano do Governo Sarney. No Plano-Safra 1990/91, essa equipe manteve-se fiel às diretrizes do programa governamental, que estabelecia, dentre outras coisas, a redução da participação estatal no financiamento e na comercialização agrícola. Nesse sentido, as medidas de maior impacto nesse

pacote, divulgado em meados de 1990, referiam-se à eliminação da regionalização dos Preços Mínimos, que desestimulou a produção no Centro-Oeste, e à privatização da comercialização de trigo, o que significava que o Governo deixava de ser responsável pela compra e venda da produção nacional desse cereal¹.

Mesmo com as dificuldades crescentes para o financiamento da agricultura enfrentadas pelos diferentes governos após o desmoronamento do sistema de crédito rural, não foi estabelecido nem nos anos 80, nem nos 90, um sistema que pudesse substituí-lo. Na verdade, a única mudança de impacto com relação à intervenção estatal nos mercados agrícolas fica por conta da privatização da comercialização do trigo, ocorrida no início da década de 90. Até aí, o que se assistia era a uma oscilação do montante de recursos e à variação das taxas cobradas por esses empréstimos, e que eram reflexos diretos da oferta de alimentos. Ora o Governo protegia a agricultura, ora deixava-a à mercê das forças de mercado. Nem o Governo Collor, com suas convicções que pareciam inabaláveis de afastamento do processo de financiamento da agricultura, foi imune a uma possibilidade de problemas de abastecimento decorrentes de queda na produção agrícola.

Um exemplo dessa influência pode ser observado no segundo pacote agrícola do Governo Collor — safra 1991/92. A eliminação da regionalização dos Preços Mínimos havia ampliado o movimento de redução de área no Centro-Oeste, o que já vinha ocorrendo desde o final da década de 80. Essa retração de área, aliada a uma forte estiagem no Rio Grande do Sul no verão de 1990/91, levou a uma queda significativa da produção agrícola, o que, por sua vez, reduziu sensivelmente os estoques em mãos do Governo. Essa conjuntura fez com que fosse reformulada a estratégia de diminuição da intervenção estatal e fossem ampliados os recursos para financiamento da produção agrícola. Da mesma forma, o Governo voltou atrás na eliminação da regionalização dos Preços Mínimos, que voltaram a ser fixados diferentemente para cada região.

Esse aumento no volume de recursos para aplicação na atividade agrícola, aliado às condições climáticas favoráveis, gerou uma recuperação da produção nacional em 1992. O mesmo quadro manteve-se em 1993.

A recuperação da renda agrícola em 1992 e 1993 possibilitou o crescimento da utilização de insumos na safra 1993/94. Agregue-se a isso condições climáticas que se mantiveram favoráveis para o desenvolvimento das diferentes culturas e tem-se um significativo aumento na produtividade, especialmente para o milho, o arroz e o feijão.

¹ Desde 1967, o Governo comprava toda a produção de trigo e era responsável pela armazenagem e pela venda dessa produção.

É nesse contexto de comercialização de uma safra de verão satisfatória — produção de mais de 70 milhões de toneladas — que foi implantada a última fase do Plano Real. Esse Plano contava ainda com uma conjuntura no mercado externo favorável às importações.

No quadro descrito acima, considerado bastante positivo do ponto de vista do abastecimento do mercado, porque não apresentava, naquele momento, sérios estrangulamentos no que diz respeito à oferta de alimentos, é que foi divulgado o Plano-Safra 1994/95. Apesar das condições favoráveis, esse Plano apresenta um aumento dos gastos com subsídios em relação às últimas safras — a correção pela TR foi eliminada nos empréstimos para os mini-produtores e reduzida nos efetivados com os pequenos. Esse parece ser o único movimento, na década de 90, contrário à suposição sustentada neste texto, de que os diferentes governos só aumentaram o volume dos recursos ou estabeleceram mudanças visando ao incentivo do setor agrícola quando parecia ser iminente uma crise de abastecimento.

O otimismo gerado com o Plano Real, que, diferentemente dos planos anteriores, foi implantado em três fases, permitindo aos agentes econômicos a adaptação gradual às novas normas da economia, foi responsável por uma tendência de crescimento dos preços agrícolas, apesar da já mencionada oferta interna satisfatória. Essa recuperação dos preços, paralelamente a ganhos de produção, ocasionou a recuperação da renda agrícola em comparação com os primeiros anos da década. Foram, então, nesse contexto, definidas as intenções de plantio da safra 1994/95, que levaram a uma supersafra — quase 78 milhões de toneladas de grãos.

O crescimento substancial da oferta agrícola no ano de 1995 levaria à queda dos preços dos produtos. Além disso, a sobrevalorização do real frente ao dólar, estabelecida logo após a implantação do Plano e mantida até recentemente, e a conjuntura internacional favorável baratearam as importações e ajudaram a deprimir ainda mais os preços internos. A retração dos preços foi de tal ordem que, mesmo com a comercialização do elevado volume de grãos, os produtores viram sua renda ser reduzida. Assim, depois do otimismo inicial por parte dos agricultores com relação ao Plano Real, seguiu-se uma fase bastante desalentadora e que norteou suas decisões de plantio da safra 1995/96.

O que ocorreu, então, foi uma diminuição da área plantada com os principais grãos, sendo exceção a área de trigo. Essa retração derivou-se das perdas na renda dos produtores agrícolas, que reduziu a capacidade de financiamento da atividade com recursos próprios. O quadro completou-se com o distanciamento do Governo dos problemas enfrentados pela agricultura nessa fase. Satisfeitas com a “âncora verde”, que teve um papel fundamental para o controle da inflação no início do processo de estabilização, as autoridades governamentais não co-

gitavam intervir no processo. Outras fontes que tiveram importante papel no financiamento da produção na década de 80 e no início dos anos 90, como os exportadores e as cooperativas e a indústria de transformação, têm dificuldades para financiar o setor: desde 1994, com a defasagem cambial, os exportadores não dispõem das fontes anteriores que lhes permitiam financiar os agricultores, e as indústrias e cooperativas enfrentavam problemas desde a safra 1993/94 com produtores que não honraram seus compromissos. À diminuição da área plantada na safra 1995/96 aliou-se a ocorrência de sérios problemas climáticos, que foi responsável por perdas importantes na produção.

O quadro delineado em 1996 é bastante semelhante ao ocorrido no início da década de 90, quando uma grande estiagem — safra de verão de 1990/91 — sucedeu os cortes de recursos e as mudanças na Política Agrícola do início do Governo Collor: a quebra de safra atingiu o setor no momento em que, em função dos cortes nos financiamentos, o montante de recursos próprios aplicados nas lavouras era significativo. Nos anos seguintes a 1990/91, uma conjuntura de preços favoráveis e, principalmente, de queda nos custos de produção derivada da redução das alíquotas de importação dos insumos agrícolas permitiram uma recuperação do setor. Houve, no período, um crescimento dos investimentos em máquinas e equipamentos, que foi estancado em 1995 como reflexo da queda dos preços dos produtos agrícolas (SILVA, 1992):

A possibilidade de nova retração da produção na safra 1996/97 fez com que o Governo abandonasse a postura de não-intervenção no processo e estabelecesse algumas diretrizes com o objetivo de recuperar a oferta interna de alimentos.

Com esse intuito, houve a antecipação da divulgação do Plano-Safra, que, ao contrário dos anos anteriores, se deu em junho de 1996. Foram liberados R\$ 5,2 bilhões para o financiamento do setor, com taxas reduzidas de 16% para 12% a.a., houve redução nos custos do Proagro e foram aumentados os recursos do Pronaf. Além dessas medidas com relação ao financiamento da produção, o Governo promoveu a revisão dos Preços Mínimos. Apesar das reivindicações já nas safras anteriores, o Governo não havia cedido, até aquele momento, às pressões para reajuste dos Preços Mínimos, partindo da convicção de que qualquer realinhamento poderia pressionar para cima os preços de mercado e comprometer a credibilidade do programa de estabilização. Em 1996, no entanto, a recuperação dos preços de mercado permitiu que os Preços Mínimos fossem reajustados sem maiores choques. Além disso, com as atuais cotações no mercado, a safra seria preferencialmente comercializada com a iniciativa privada, mantendo o Governo afastado da compra e da estocagem dos produtos agrícolas, que, além de onerosa, apresentava sérios problemas de fraude.

Se, pelo lado do Governo, foram tomadas medidas no sentido de retomada da produção agrícola, o mercado também sinalizou no sentido dessa recuperação: o estrangulamento da oferta interna e os preços das *commodities* no mercado internacional propiciaram um aumento nos preços dos produtos agrícolas com seus reflexos na renda dos produtores. Assim, em 1997, teve-se uma produção superior à de 1996, mas que, apesar de maior, foi comercializada com preços bastante altos no caso do arroz, do feijão e da soja.

Para a safra 1997/98, o Governo seguiu, aparentemente, o padrão anterior: divulgou o Plano-Safra em junho, com aumento no volume de recursos para o financiamento e diminuição dos encargos financeiros. No entanto, pela primeira vez, foi feita uma tentativa de criar novos mecanismos para a comercialização agrícola. Foram estabelecidos, inicialmente apenas para o milho, os Contratos de Opção, o Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) e a liquidação financeira da Cédula do Produtor Rural (CPR)².

O movimento de afastamento do Governo da comercialização agrícola pode ser considerado como uma das características da Política Agrícola da década de 90, apesar de que, até recentemente, se tratava mais de intenções do que de uma política efetiva, já que só no final do período foram criados mecanismos que permitiram o distanciamento governamental. Com relação ao financiamento da atividade, o mesmo já não pode ser dito: nesse caso, o processo parece ser inverso, principalmente nos últimos dois anos. No decorrer da década, houve oscilações com relação à maior ou menor quantidade de recursos disponibilizados aos agricultores. Quando ficava configurada uma possibilidade de estrangulamento da oferta, o Governo aumentava o volume de recursos para financiamento, e, ao contrário, quando era restaurado um determinado patamar de produção, havia uma redução dos recursos ofertados. É interessante observar que, mesmo no caso de quebra de safra por problemas climáticos, os Governos reagiam ofertando recursos. Esse, aparentemente, foi o caso do Plano-Safra 1998/99, já que, em função de uma diminuição da produção na safra anterior originada basicamente da quebra da produção de arroz no Estado, como consequência do fenômeno El Niño, o Governo ampliou em 40% o volume de recursos para o financiamento das lavouras.

² Em 1999, os Contratos de Opção foram estendidos para o arroz, para o trigo em grão e para o algodão. Em 19.02.99, foi aprovada pelo CMN a CPR para o arroz e para o algodão. Ver a respeito Fürstenau (1999).

Deve-se também salientar que esse aumento de recursos se deu num contexto em que, mesmo com a quebra de safra, ou por causa dela, os produtores tiveram, em 1997/98, a sua receita aumentada, o que significa, por sua vez, a existência de maior volume de recursos próprios em relação aos anos imediatamente anteriores. Mesmo assim, o Governo liberou R\$ 10 bilhões para o custeio da safra, com juros reduzidos de 9,5% para 8,75% a.a. para a safra 1998/99.

O otimismo dos produtores em função dos bons preços obtidos em 1998 e a disponibilidade de recursos para financiamento da safra tiveram como consequência o aumento da área plantada, o que gerou um crescimento em torno de 10% na produção brasileira de grãos. Num quadro recessivo internamente, derivado da desvalorização cambial de janeiro de 1999, e com a recuperação extremamente lenta do mercado internacional, desde as crises asiática e russa, criou-se uma conjuntura de dificuldades para a comercialização, que vem ocorrendo de forma lenta e a preços inferiores aos praticados em 1998.

O comportamento dos índices de preços

A observação dos índices que medem as variações dos diferentes preços da economia brasileira na década de 90 demonstra claramente uma perda nos preços dos produtos agrícolas após a implantação do Plano Real³.

No ano de 1994, quando foi implantado o Plano Real, os índices geralmente utilizados como melhores parâmetros para observação da evolução dos preços em cada setor ou segmento da economia, e que seriam o Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP/DI), o Índice de Preços do Atacado/Disponibilidade Interna (IPA/DI), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), apresentavam valores semelhantes ao Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores (IPR) e ao Índice de Preços Pagos pelos Agricultores (IPP), no que se refere tanto aos índices nacionais como aos calculados para o Rio Grande do Sul.⁴

³ A análise restringe-se ao período pós-Real, o que facilita a comparação entre as variações dos índices, já que na segunda fase do Plano foi feita uma tentativa bastante eficiente de alinhamento dos preços relativos entre os diferentes setores, além do que, a ausência ou redução da inflação permite uma melhor avaliação dessas variações.

⁴ Ver nota 3.

Tabela 1

Índices de preços para o Brasil e para o Rio Grande do Sul — 1994/99

ANOS	IGP/DI	IPA/DI	IPC	IGP-M
1994	70,1620	70,4955	68,9906	67,1684
1995	117,4920	111,9240	125,3040	117,0200
1996	130,5280	119,0040	148,1450	131,2130
1997	140,8550	128,6730	159,5910	141,7370
1998	146,3300	133,2430	165,1400	147,9140
1999(2)	155,9592	146,4628	170,2160	156,8492

ANOS	IPR/BR (1)	IPP/BR (1)	IPR/RS (1)	IPP/RS (1)
1994	70,3480	71,4390	70,5060	70,7240
1995	105,0570	125,8440	104,6600	118,4980
1996	117,1279	144,1194	124,0398	134,6893
1997	128,0447	154,5065	136,7997	143,8643
1998	137,2940	159,6930	144,3470	147,0960
1999(2)	145,0300	171,5508	152,4340	154,0120

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1994). Rio de Janeiro : FGV, v.48, n.10/12, out./dez.
 CONJUNTURA ECONÔMICA (1995). Rio de Janeiro : FGV, v.49, n.1, 7, 12, jan./jul./dez.
 CONJUNTURA ECONÔMICA (1996). Rio de Janeiro : FGV, v.50, n.3, 8, 12, mar./ago./dez.
 CONJUNTURA ECONÔMICA (1997). Rio de Janeiro : FGV, v.51, n.3, 6, 12, mar./jun./dez.
 CONJUNTURA ECONÔMICA (1998). Rio de Janeiro : FGV, v.52, n.2, 4, 12, fev./abr./dez.
 CONJUNTURA ECONÔMICA (1999). Rio de Janeiro : FGV, v.53, n.5, 6, maio/jun.

NOTA: Base: ago./94 = 100.

(1) Índices referentes ao total da agropecuária. (2) Média de janeiro a maio/99.

Foi durante o ano de 1995 que ocorreu uma mudança relativa nos preços praticados na economia brasileira: a evolução dos índices observados deu-se diferentemente, sendo bastante clara a perda acontecida no Índice de Preços Recebidos pelos agricultores brasileiros e maior ainda a que se refere aos produtores gaúchos. Enquanto a média do IGP/DI de 1995 variava 67,46% em relação à média de 1994, o IPR/BR e o IPR/RS variavam 49,34% e 48,44% respectivamente. Por outro lado, o índice de preços pagos pelos produtores (IPP/BR) apresentou um aumento maior se comparado com o IGP/DI, com o IPA/DI e com o IGP-M. Somente o Índice de Preços ao Consumidor apresentou uma variação superior à do IPP/BR. Deve-se, ainda, registrar, com relação a 1995, que, nesse ano, os preços pagos pelos produtores gaúchos variaram bem menos do que o IPP nacional.

Tabela 2

Varição percentual dos índices de preços para o Brasil
e para o Rio Grande do Sul — 1994/99

PERÍODOS	IGP/DI	IPA/DI	IPC	IGP-M
1994-95	67,46	58,77	81,62	74,22
1995-96	11,10	6,33	18,23	12,13
1996-97	7,91	8,12	7,73	8,02
1997-98	3,89	3,55	3,48	4,36
1998-99(2)	6,58	9,92	3,07	6,04

PERÍODOS	IPR/BR (1)	IPP/BR (1)	IPR/RS (1)	IPP/RS (1)
1994-95	49,34	76,16	48,44	67,55
1995-96	11,49	14,52	18,52	13,66
1996-97	9,32	7,21	10,29	6,81
1997-98	7,22	3,36	5,52	2,25
1998-99(2)	5,63	7,43	5,60	4,70

FONTE: Tabela 1.

(1) Índices referentes ao total da agropecuária. (2) Média de janeiro a maio/99.

A variação do IPC mencionada acima, tendo sido a maior dentre os diferentes índices, significa obviamente uma perda do poder aquisitivo dos consumidores. Como os preços recebidos pelos produtores agrícolas foram os que menor variação apresentaram, pode-se concluir, sem sombra de dúvida, que a perda do poder de compra dos consumidores se deu em função do aumento dos preços de outros setores da economia e que a agricultura, ao ter seus preços reajustados abaixo dos demais, teve um papel fundamental na contenção das taxas de inflação.

A perda relativa da agricultura brasileira e da gaúcha, captada pela menor variação do índice de preços recebidos em relação aos demais índices da economia brasileira, decorreu, em grande parte, da excelente safra 1994/95. Essa safra foi plantada num quadro de otimismo por parte dos produtores agrícolas com o Plano Real, e o resultado foi uma oferta abundante, que gerou uma retração significativa nos preços quando da comercialização da safra durante o ano de 1995.

A estrutura relativa de preços estabelecida nesse ano manteve-se, com pequenas alterações, até 1998. Em linhas gerais, o que pode ser observado nesse período é uma recuperação dos preços pagos aos produtores agrícolas, acompanhada pelo arrefecimento do crescimento dos preços pagos pelos mesmos produtores.

No ano de 1996, houve novo aumento dos preços ao consumidor e uma melhora nos preços recebidos pelos produtores agrícolas gaúchos. Essa recuperação do IPR/RS deveu-se à redução significativa da área plantada, no Estado, no ano-safra 1995/96, que ocorreu em função dos baixos preços obtidos na comercialização da safra anterior. No que diz respeito à agricultura gaúcha, mais importante ainda que a recuperação nos preços recebidos foi o comportamento do índice de preços pagos, que, em 1996, variou menos que o IPR.

Para a agricultura brasileira, no entanto, as perdas continuaram em 1996: apesar do IPR apresentar uma evolução semelhante à do IGP/DI, a variação do índice de preços pagos pelos produtores é ainda superior à dos recebidos, o que configura a permanência de um contexto de novas perdas para o setor frente aos demais.

Em 1997, esse quadro se inverteu, ou seja, os preços recebidos pelos produtores agrícolas nacionais aumentaram mais do que os preços pagos pelos insumos necessários à sua produção. A conjuntura foi a mesma no Rio Grande do Sul. Essa evolução significa uma recuperação dos preços agrícolas, que se deu primeiramente no Estado, em 1996, seguida, no ano seguinte, pelos preços recebidos e pagos no País. Essa tendência se manteve no ano de 1998 e significaria a possibilidade de recuperação da atividade agrícola.

No entanto, para 1999, as perspectivas não confirmam a continuidade do movimento observado de 1996 a 1998. Em função da desvalorização cambial, o preço de grande parte dos insumos agrícolas aumentou significativamente e já se reflete na evolução do IPP dos primeiros meses de 1999.⁵ Se se calcular a média dos índices de preços pagos e recebidos pelos agricultores de janeiro a maio de 1999 e se comparar essa média com a do ano de 1998, já pode ser observado um crescimento maior do IPP/BR em relação ao IPR. No Rio Grande do Sul, essa inversão em relação ao desenvolvimento anterior ainda não se estabeleceu, isto é, a evolução do IPR/RS até maio continuou maior do que a do IPP.

A agricultura gaúcha na década de 90

Neste item, será analisada a evolução, nos anos 90, da produção gaúcha de grãos — arroz, feijão, milho, soja e trigo — frente à produção nacional e as mudanças internas na estrutura de participação da cada uma dessas culturas no total do Rio Grande do Sul.

⁵ Até o momento em que este item do texto foi redigido, tinham-se dados relativos ao IPP e ao IPR apenas até o mês de maio de 1999.

O Estado, que no início da década de 90 produzia quase 30% do total nacional dos grãos aqui considerados, perdeu terreno ao longo da década e chegou a 1999 com uma participação de menos de 20% nesse total. A redução da importância da agricultura gaúcha na produção nacional decorreu do aumento da produção desses grãos nos outros estados. A única exceção é a do arroz gaúcho, que, em 1990, representava 43% do total produzido no País, chegando a 1999 com uma participação de 48% da produção brasileira. A redução de maior significância com relação à participação gaúcha na agricultura brasileira ficou por conta da soja, que passou de 32%, em 1990 para 14% em 1999.

Tabela 3

Participação da produção de grãos do Rio Grande do Sul
na produção brasileira — 1990 e 1999

PRODUTOS	1990	1999
Arroz	43,05	48,01
Feijão	6,29	5,39
Milho	12,54	10,03
Soja	31,73	14,38
Trigo	37,77	29,33
Total	27,36	17,69

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL; Brasil (1990). Rio de Janeiro : IBGE.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL; Rio Grande do Sul (1990). Rio de Janeiro : IBGE.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1999). GCEA/BR. IBGE. ago.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1999). GCEA/RS. IBGE. jul.

No âmbito estadual, o que se observa é que a importância de cada produto no total da pauta agrícola gaúcha muda ao longo da década de 90. Entre 1981 e 1990, manteve-se a posição relativa dos diferentes grãos na produção estadual. No período 1990-99 é que surgem as mudanças: o arroz, que era responsável por pouco mais de 20% do total dos grãos em 1990, participação semelhante à do início dos anos 80, dobra sua importância e atinge quase 40% do total da agricultura gaúcha em 1999; o feijão também aumenta sua participação, mas em grau bem menor do que o desenvolvimento apresentado pela cultura do arroz. Enquanto isso, o milho, a soja e o trigo — especialmente os dois últimos — sofrem uma redução significativa em suas participações.

Tabela 4

Distribuição da produção de grãos do Rio Grande do Sul — 1981-1999

PRODUTOS	1981	1990	1999 (%)
Arroz	18,12	21,62	39,77
Feijão	0,94	0,95	1,12
Milho	28,10	26,79	22,68
Soja	44,92	42,73	31,39
Trigo	7,92	7,91	5,04
Total	100,00	100,00	100,00

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL; Rio Grande do Sul (1981,1990). Rio de Janeiro : IBGE.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1999). GCEA/RS. IBGE. jul.

Ao se comparar a média da produção dos cinco produtos considerados na década de 80 e na de 90, a explicação para o movimento descrito acima fica mais clara. O arroz tem um crescimento de 43% na produção média de 1991-99 com relação a 1981-90. O feijão e mesmo o milho apresentam crescimento na média de produção nos anos 90 em relação à mesma média calculada para os anos 80. O comportamento aparentemente contraditório da produção de milho, que, mesmo com aumento na sua média, tem sua participação no total do Estado diminuída, significa apenas que outra cultura, no caso específico o arroz, apresentou um crescimento de produção tão extraordinário que foi capaz de alterar a estrutura de participação das culturas consideradas no total. A produção média da soja diminuiu entre uma década e outra, e a do trigo, como tem sido fartamente discutido nos anos 90, também apresenta uma redução, que, de acordo com os dados utilizados, se situa ao redor de 40%.

Entretanto o que parece mais interessante observar é a forma como as mudanças descritas se configuraram. A diminuição da área cultivada com soja no Estado é fato bastante conhecido e originar-se-ia da falta de interesse dos produtores com relação ao plantio desse grão, decorrente das reduções do preço da soja no mercado internacional. É importante ressaltar, no entanto, que, mesmo com a diminuição da área plantada, que chegou a quase 15% em média, houve uma redução de apenas 2% entre a década de 90 e a de 80 na média produzida. Isso significa, obviamente, ganhos de produtividade na cultura. Mesmo a cultura do trigo, que apresentou uma redução na área média plantada de 50%, teve sua produção diminuída em menor proporção (40%), graças aos ganhos de produtividade. A diferença

entre o aumento da produtividade do trigo e o da soja é, entretanto, de natureza bastante distinta. Enquanto o crescimento da produtividade do trigo decorreu basicamente da redução drástica da área, que fez com que apenas as melhores e mais aptas terras fossem utilizadas para o seu cultivo, no caso da soja essa premissa não é verdadeira, ou seja, para a soja, os ganhos de produtividade decorrem de maiores cuidados no plantio da lavoura: adubação, correção do solo, variedades de sementes, etc. O milho e o feijão também apresentam ganhos de produtividade na década de 90. No *ranking* dos cinco produtos analisados, os maiores aumentos de produtividade localizam-se na cultura do milho — em média 32% superiores aos obtidos nos anos 80 — e decorrem também, como no caso da soja, de maiores cuidados na implantação das lavouras, mas principalmente da substituição de pequenas áreas de cultivo por grandes áreas com caráter empresarial.

Como foi visto, o arroz foi o único produto agrícola gaúcho que aumentou sua participação na produção nacional — bem como sua participação na estrutura produtiva gaúcha — e, como os demais produtos considerados, também apresentou ganhos de produtividade entre uma década e outra. Mas o que é mais surpreendente é que a maior parte do aumento de sua produção não decorre de ganhos de produtividade, mas, sim, da incorporação de novas terras. Para uma idéia mais clara desse movimento, tem-se que a produtividade média dessa cultura cresceu 14% na década de 90 em relação à de 80, enquanto o aumento de área foi da ordem de 26%.

Tabela 5

Médias de produção, de área e de produtividade física dos principais grãos
no Rio Grande do Sul — 1981-90 e 1991-99

a) produção

PRODUTOS	1981-90 (t) (A)	1991-99 (t) (B)	VARIAÇÃO % B/A
Arroz	3 118 580	4 456 858	42,91
Feijão	123 457	147 121	19,17
Milho	3 314 768	4 188 666	26,36
Soja	5 121 364	5 027 507	-1,83
Trigo	1 183 073	712 697	-39,76
Total	12 861 242	14 532 849	13,00

Tabela 5

Médias de produção, de área e de produtividade física dos principais grãos
no Rio Grande do Sul — 1981-90 e 1991-99

b) área

PRODUTOS	1981-90 (ha) (C)	1991-99 (ha) (D)	VARIAÇÃO % D/C
Arroz	716 240	899 598	25,60
Feijão	206 112	201 914	-2,04
Milho	1 739 619	1 666 268	-4,22
Soja	3 506 216	2 986 858	-14,81
Trigo	952 313	481 432	-49,45
Total	7 120 500	6 236 070	-12,42

c) produtividade física

PRODUTOS	1981-90 (kg/ha) (E)	1991-99 (kg/ha) (F)	VARIAÇÃO % F/E
Arroz	4 354	4 954	13,78
Feijão	599	729	21,65
Milho	1 905	2 514	31,93
Soja	1 461	1 683	15,24
Trigo	1 242	1 480	19,16
Total	-	-	-

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL; Rio Grande do Sul
(1981,1996). Rio de Janeiro : IBGE.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍ-
COLA (1997/98). GCEA/RS. IBGE. jan./dez.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍ-
COLA (1999). GCEA/RS. IBGE. jul.

2 - A comercialização da safra 1998/99 e as previsões para o ano 2000

A lentidão na comercialização do arroz em 1999 decorre do grande volume produzido na safra 1998/99 no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, e de uma maior produção nos países vizinhos Argentina e Uruguai. Em vista da grande oferta, os preços do arroz encontram-se bem menores do que os praticados em 1998, que chegaram a patamares tais que incentivaram os produtores a aumentarem significativamente a área plantada. Esse aumento de área, aliado a

condições climáticas favoráveis, fez com que a produção de arroz na safra 1998/99 crescesse mais de 50% no Brasil, reflexo principalmente do aumento de produção de quase 60% no Rio Grande do Sul. Os países vizinhos seguiram o mesmo movimento, e o resultado foi uma oferta abundante, que tem impedido elevações de preços mesmo no atual momento de entressafra.

Para a safra 1999/2000, é esperada uma redução máxima de 2,3% na área plantada com arroz no Brasil, de acordo com o último levantamento da Conab. Essa redução seria derivada principalmente da diminuição de 6% a 10% na área cultivada no Rio Grande do Sul. De acordo com a Conab, a redução prevista na área plantada pode significar uma diminuição de 2,5% a 5,6% na produção brasileira de arroz.

O crescimento de 34% no volume produzido de feijão na safra 1998/99 relativamente à safra anterior e à baixa qualidade do produto da primeira safra de 1999, que sofreu com o excesso de umidade, rebaixaram bastante o preço do feijão ofertado. Mesmo com a entrada no mercado do produto da segunda safra, de melhor qualidade, a recuperação dos preços foi instável, ou seja, houve picos de aumentos logo seguidos de rebaixamentos em função de maior oferta por parte dos produtores com a melhora dos preços. Essa conjuntura, que descapitalizou os produtores, aliada ao aumento dos custos de produção, aponta uma redução da área plantada. De acordo com as estimativas da Conab, essa diminuição seria de 1,7% a 2,6% para o Brasil. Mesmo com a redução da área cultivada, a Conab estima um crescimento de 1,4% a 2,8% na produção de feijão, decorrente de ganhos de produtividade obtidos graças às melhores condições climáticas do que as ocorridas no final de 1998 e durante 1999.

No primeiro semestre de 1999, já era consenso que, apesar do crescimento da produção nacional de milho na safra 1998/99, essa não seria suficiente para atender à demanda. Foram produzidas 31 milhões de toneladas, e o consumo estimado para 1999 apresentava tendência de aumento em função da recuperação das exportações de aves e suínos, decorrente da desvalorização cambial ocorrida no Brasil, em janeiro. Assim, a expectativa era de crescimento da demanda com relação a 1998, quando foram consumidas 34 milhões de toneladas de milho. A saída utilizada nos anos anteriores, de suprir o mercado via importações, encontrava-se restrita devido à elevação dos preços decorrente da desvalorização da moeda brasileira.

Nesse quadro, o único fator capaz de conter a tendência de alta dos preços seria a produção da safrinha. No entanto esta apresentou uma quebra de produção significativa, derivada de problemas climáticos, como geadas no oeste do Paraná, mas principalmente derivada do baixo nível de tecnologia utilizado: com o aumento dos preços dos insumos gerado pela desvalorização cambial, os produtores acabaram reduzindo a quantidade de insumos no plantio.

A reversão das expectativas com relação à produção da safrinha tornou mais difícil o ajuste entre oferta e demanda e passou a pressionar bastante os preços, e foi nesse contexto que foram tomadas as decisões de plantio para 1999/2000. A idéia inicial parecia ser de um aumento importante na área plantada com milho, que ocuparia, inclusive, parte da utilizada com o cultivo de soja. Entretanto a elevação dos preços da soja fez com que os produtores reconsiderassem essa possibilidade, e, assim, o que está previsto para a safra de verão de milho (primeira safra) é um aumento máximo de 2% na área cultivada, mas que, no caso de não ocorrerem os problemas climáticos enfrentados em algumas regiões em 1999, como foi o caso do Rio Grande do Sul, poderá gerar um crescimento de mais de 5% na produção nacional.

As expectativas existentes no primeiro semestre de 1999, de crescimento das exportações do complexo soja, não se confirmaram, e isso ficou claro já no início do segundo semestre. Estimativas elaboradas por **Safras & Mercado** para 1999, a partir de dados do Decex disponíveis até setembro, indicam uma redução de 20% no valor das exportações brasileiras desse segmento, que seria resultado de queda no volume, queda nos preços e predomínio das vendas de soja em grão em relação ao farelo e ao óleo (SOJA..., 1999).

Mesmo nesse contexto negativo, no que se refere às vendas externas — diminuição do volume exportado de soja e redução dos preços em dólar —, a remuneração dos produtores foi maior em reais. Esse fato, aliado à configuração do quadro internacional da produção e estoques de soja, que sofreu mudanças, alterou as decisões iniciais dos produtores, estabelecendo a reversão das expectativas de redução de área plantada com soja no Brasil. Como foi mencionado anteriormente, havia a perspectiva de um movimento de substituição da soja pelo cultivo do milho. No entanto as previsões atuais da Conab apontam um aumento da área cultivada com soja. Em setembro, as previsões para a safra mundial de soja em 1999/2000 já eram positivas em termos de uma recuperação dos preços no mercado internacional. Mesmo com as estimativas quanto aos estoques mundiais do produto apresentando folgas, o cenário era de recuperação dos preços. O aumento seria pequeno, já que a safra prevista ainda seria bastante volumosa, se mantidas as estimativas para a safra nos Estados Unidos e na América do Sul.

Em outubro, a revisão da produção norte-americana acusou uma redução comparada às estimativas anteriores. Há, também, a configuração de um quadro mais otimista com relação à demanda mundial por derivados da soja, tanto com referência à Ásia como ao Leste Europeu. Mesmo assim, os estoques ainda estariam em níveis capazes de conter altas nos preços, que só ocorrerão com quebras na produção nos Estados Unidos ou na América do Sul.

Em resumo, as estimativas da Conab são bastante otimistas para a produção dos principais grãos, sendo exceção apenas o arroz. Como os aumentos de área plantada previstos no último levantamento não são significativos, e considerando que a desvalorização cambial encareceu sobremaneira a utilização de insumos, dificultando, então, a possibilidade de grandes ganhos de produtividade via tecnologia, conclui-se que os aumentos de produção previstos pela Conab serão derivados de condições climáticas mais favoráveis do que as observadas na safra que precedeu à de 1999/2000.

A produção de trigo no ano de 1999 pode ser um bom parâmetro para avaliação da repercussão das consequências da desvalorização cambial sobre a produção agrícola. O trigo, cultura de inverno, foi o primeiro cultivo a sofrer os efeitos da desvalorização cambial que ocasionou um crescimento significativo dos custos de produção derivado do encarecimento dos insumos. No momento do plantio, o dólar havia variado em torno de 50% (de R\$1,20 para R\$1,80), enquanto os Preços Mínimos haviam sido corrigidos em 18% (o Governo aumentou o preço de garantia da tonelada de trigo de R\$157,00 para R\$185,00). Em função do aumento do dispêndio para viabilização da cultura e da insegurança dos produtores com relação aos preços de comercialização futura, apesar do reajuste dos Preços Mínimos, a área plantada com trigo no Brasil em 1999 apresentou um recuo de 11% em comparação à safra do ano passado. A maior redução deu-se no Paraná, principal produtor de trigo no País, onde a área plantada sofreu uma retração de 20%. No Rio Grande do Sul, onde o cultivo de trigo também é relevante, a área plantada manteve-se estagnada.

Assim, se for considerado o movimento ocorrido com a produção de trigo em 1999 como uma antecipação do que pode acontecer com a safra de grãos de verão 1999/2000, em consequência da desvalorização cambial, fica mais claro que as previsões feitas pela Conab só serão confirmadas se o desenvolvimento dessa safra ocorrer em condições climáticas excepcionais.

Bibliografia

- FÜRSTENAU, Vivian (1999). Novo cenário depois da desvalorização cambial? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.27, n.2.
- GARCIA, Álvaro A. (1994). O financiamento da safra 1994/95. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.3.
- INTENÇÃO de plantio – safra 1999/2000; Primeiro levantamento (1999). Brasília : CONAB.

SILVA, Paulo Roberto Nunes da (1992). Agricultura: revisão de tendências. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.19, n.4.

SILVA, Paulo Roberto Nunes da (1997). Desempenho do setor agropecuário gaúcho: mais um resultado negativo. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1.

SOJA e grãos (1999). **Safras e mercado**, v.22, n.1063, 6 set.